



E a Baixa veio abaixo

Em 28 de Dezembro de 2006, Coimbra acordava sobressaltada com um Alerta declarado pelo Presidente da Câmara, dando aos moradores da R. Direita e imediações 48 horas para abandonar casas e estabelecimentos comerciais por risco de derrocada. A queda de dois prédios numa outra zona da Baixa, pouco tempo antes, viera a calhar. A Baixa estava a cair! Através de um pânico suscitado a preceito, a autarquia lançava uma cortina de fumo sobre a situação da Baixa e a intervenção profundamente contestável que, com a Metro Mondego, preparava há largos meses.

Tratava-se, na realidade, de legitimar as demolições a levar a

cabo pela MM para abrir o canal do Metro de Superfície, operação que rapidamente se transformou no arrasar de todo um quarteirão. Ora, esse quarteirão não foi arrasado nem por causa do Metro, nem porque estivesse realmente a cair, apesar do avançado estado de degradação dos prédios. Veio abaixo, porque não houve qualquer intenção de evitar que assim acontecesse, o que seria possível com as soluções técnicas existentes. Veio abaixo, porque se quer fazer dinheiro em construção e especulação imobiliária, à custa do valor patrimonial, cultural e sociológico da cidade medieval.

Continua na Pág. 2



Carta Educativa de Coimbra:

DA MÁ NOVELA ÀS PIORES SOLUÇÕES

A Carta Educativa (CE) de Coimbra esteve enclachada durante quase ano e meio. Em 6 de Novembro de 2006, na Câmara Municipal, foi aprovada uma primeira CE. Em 27 de Dezembro de 2006, na Assembleia Municipal, a coligação governante não admitiu qualquer discussão e acabou por aprovar a proposta da Câmara.

Em relação à CE, o Bloco de Esquerda defendeu três princípios basilares: 1) a oferta educativa pública, desde o pré-escolar ao secundário, deve verificar-se em todo o território concelhio, em situação de igualdade de oportunidades. 2) A requalificação e o redimensionamento das escolas do 1.º ciclo (EB1) são uma prioridade. Estas devem localizar-se nas freguesias, nalguns casos

abranger agrupamentos de freguesias, longe das tendências centralizadoras que visam concentrar, em escolas que chegam a ter um milhar de alunos, os alunos do 1.º ciclo, com idades entre os 6 e os 10 anos. 3) As escolas básicas 2/3 e as secundárias devem adequar-se e dimensionar-se em função da diversidade de ofertas educativas que se exigem nos tempos de hoje. Em certas zonas de expansão urbana, serão necessárias mais algumas.

Relativamente a estes pontos os autarcas da maioria fizeram 'orelhas moucas'. E a CE foi 'chumbada' pelo Ministério da Educação. O Presidente da Câmara inventou pretextos, insinuou conflitos... mas nada explicou. As candidaturas ao QREN ficaram em espera...Fi-

nalmente, em Abril de 2008, é aprovada uma nova versão da CE, alvo, apenas, de uma muito má operação de recauchutagem.

Proximidade sem qualidade?

Um dos objectivos estratégicos da CE privilegia a proximidade geográfica dos equipamentos educativos às zonas de residência, em detrimento da qualidade desses equipamentos. Esta implica a construção de novas EB1 com refeitórios, bibliotecas, salas especializadas para música e ciências experimentais, espaços para educação física e actividades de complemento curricular, para a ocupação de tempos livres e para convívio. A solução proposta pela Câmara - remendos e ampliações de escolas de uma,

duas ou três salas, para quatro - não responde às necessidades educativas das crianças nem lhes proporcionará igualdade de oportunidades de aprendizagem. Antes aprofundará as diferenças entre as escolas pequenas das freguesias rurais e as dos centros educativos da cidade. É uma solução mais barata que sairá mais cara à cidade e aos seus munícipes.

EB1/2/3: em tempos de violência, maior insegurança, menor qualidade pedagógica

Na anterior CE criticámos a transformação das actuais EB2/3 em EB1/2. Na nova CE, a solução para o défice de oferta das EB1 é ainda pior. A transformação das EB2/3 em EB1/2/3 passa a ser adoptada

como regra geral, o que constitui um grotesco erro pedagógico de consequências preocupantes. É grave despejar crianças de 6 a 10 anos de idade em espaços amplos e difíceis de vigiar, que não foram concebidos para estas idades, e onde se vão juntar com jovens de 14 a 18 anos, com todos os problemas, nomeadamente de insegurança, violência, bullying, que daí advirão.

Desinvestimento

A principal preocupação desta CE é a poupança financeira, contornando a necessidade de investimentos estruturantes e modernizadores da rede educativa.

Continua na Pág. 2

ORÇAMENTO DA CMC PARA 2008:

- > Aniquilar a cultura em Coimbra
- > Desprezo total pelos mais desfavorecidos

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

- > Um direito inalienável

PLANO ESTRATÉGICO E DE URBANIZAÇÃO

- > Uma farsa?
- > Mais betão, menos qualidade de vida

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- > As iniciativas dos nossos deputados na AMC em 2007

ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA

- > Eiras
- > Santa Clara
- > Santo António dos Olivais
- > Sé Nova

Orçamento da CMC para 2008

ANIQUILAR A CULTURA EM COIMBRA

Desde o início do seu primeiro mandato, o executivo de Carlos Encarnação parece ter decidido votar a área da Cultura à extinção. A dimensão negativa da sua actuação na cultura, numa cidade com um enorme potencial de desenvolvimento neste domínio é escandalosa: o orçamento municipal é inferior a um qualquer pequeno município sem qualquer vocação cultural.

Em 2008, batemos verdadeiramente no fundo:

- As verbas destinadas à cultura sofrem um corte de 2 milhões de Euros (51%) em relação ao ano anterior;

- O peso da cultura no total do orçamento desce para menos de metade: em 2007 representavam 5,1% do total do orçamento; em 2008 representavam apenas 2,4%;

- Agrava-se a tendência para o desinvestimento na cultura que é evidente desde 2004: nos últimos 5 anos, as verbas destinadas à cultura sofreram um corte de 7,4 milhões de Euros - diminuiram 80%! - e passaram de 7,6% do orçamento total para 2,4%.

Os cortes no orçamento para a cultura são transversais aos sete programas que o integram, mas são par-

ticularmente significativos no capítulo dos "espaços culturais", para o qual se prevê apenas 287 mil Euros (menos 78% do que em 2007 e menos 93% do que em 2004).

Não se prevê nenhum custo de funcionamento para as duas salas de espectáculo municipais nem para a Casa da Escrita (ao contrário, por exemplo, do que acontece com os espaços de exposições - Pavilhão Centro de Portugal, Edifício Chiado e Casa da Cultura);

Carlos Encarnação continua a adiar a concretização de projectos prometidos no programa eleitoral: Centro de Convenções/Teatro Municipal (foi prometido para 2004, mas, 4 anos depois, continuam apenas verbas para "caixilharia" e "obras de consolidação"), Arquivo Municipal (adiado de ano para ano desde 2001) e Biblioteca de Santa Clara (desaparece completamente do orçamento).

Se dúvidas houvesse de que a CMC quer destruir a Cultura em Coimbra, ou o que resta de política camarária para a cultura, este orçamento desmente-as em definitivo.

DESPREZO TOTAL PELOS MAIS DESFAVORECIDOS

Manifestando um total desprezo pelos mais desfavorecidos, a Câmara de Coimbra (com a abstenção do vereador da CDU), bem como a maioria de direita na Assembleia Municipal, aprovaram um orçamento que inclui um escandaloso corte de 35,8% no programa da Acção Social e Família. Este é reduzido, nas GOP, a uns míseros 452 mil euros! São várias páginas de rubricas dotadas com 10 euros ou verbas insignificantes: as transferências correntes para as IPSS baixam de 7050 Euros, um montante já escandalosamente baixo, para 10 Euros!, depois de cortes sucessivos nos anos anteriores: de 15 000 euros em 2005 para 8 000 em 2006 (- 53,3%) e nova redução em 2007 para 7.050 (- 12%). Quanto ao apoio às instituições no terreno, de 29000 euros em 2007, passamos para 8540 em 2008, um corte de 70% nas transferências para despesas correntes, para além de um corte de 15000 para 5000 euros nas transfe-

rências de capital, ou seja, de 66,6%. Na maioria das rubricas, regista-se cortes para zero de montantes já irrisórios, o que revela bem a ínfima importância que têm para este executivo os idosos, a população portadora de deficiência ou os toxicodependentes, todos contemplados com a mesma soma: 10 euros. Finalmente, há a destacar o corte de verbas para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (amputada já no ano passado) e a ausência total de verba para creches (com uns míseros 10 000 euros em apoios a IPSS que contemplam creches, lares e centros de dia), bem como a diminuição de 51% na dotação do Pré-Escolar, rubrica na qual encontramos apenas verbas que transitam de anos anteriores, ou seja, dívidas, e programas sucessivamente dotados a 10 euros, reveladores da falta de investimento neste domínio em que a iniciativa tem sido deixada aos privados, com grave prejuízo para as famílias.

E a Baixa veio abaixo

(continuação da 1ª página)

É importante sublinhar que a Baixa necessita urgentemente de uma recuperação e reabilitação de qualidade, segundo os mais elevados padrões internacionalmente reconhecidos. Por isso, a intervenção propositadamente incompetente da MM merece a mais veemente oposição. O que está em marcha não é um processo de reabilitação urbana digno desse nome, mas, aparentemente, a venda daquele espaço aos parceiros privados da convivente SRU, com a cumplicidade da CMC.

Arrasar, para depois erguer cópias de fachadas, é um conceito ultrapassado de reabilitação urbana, que não interessa a uma cidade que candidata o seu centro histórico a Património da Humanidade. Assim se faz tabula rasa do longo trabalho desenvolvido pelo departamento de Arquitectura da Universidade sobre a Baixa e a inserção do Metro, projecto de inegável interesse para a cidade. Tristemente, a mesma Universidade ficará ligada à destruição da Baixa através do ITeCons, cujos relatórios legitimam a inaceitável argumentação da MM e da Câmara, segundo a qual se demole apenas o que vai cair. Afirma o ITeCons que a contenção dos edifícios é demasiado onerosa, sem ponderar estes custos em relação ao valor patrimonial e cultural da zona, algo que não cabe a especialistas em construção, mas sim à autarquia. Preservar e reabilitar com qualidade é, pois, muito caro. Para a cidade? Ou para os parceiros que se perfilam para a SRU e que, curiosamente, são também associados do ITeCons e os habituais "sócios" da autarquia em todos os projectos de vulto? A Câmara decidiu claramente a favor destes últimos.

Passadas poucas semanas das repetidas declarações de pressa na preparação do canal do Metro, o próprio Carlos Encarnação manifestava dúvidas quanto à efectiva concretização do projecto. Até hoje, ainda não há certezas. Mas a Baixa já veio abaixo.

De modo a evitar este crime contra o património da cidade, o BE tentou interpor uma providência cautelar para impedir as demolições. Este acto foi, porém, deliberadamente boicotado pela recusa da CMC em fornecer os documentos necessários, violando a lei do acesso aos documentos administrativos, que a tal obriga. O BE fez então uma denúncia ao Ministério Público, o qual, porém, considerou não haver ilegalidades no processo, uma vez que a MM já fora entretanto condenada a uma multa de 10500 euros pela violação das condicionantes da Declaração de Impacte Ambiental. O futuro dirá se tínhamos ou não razão... Para além disso, o Grupo Parlamentar do BE solicitou explicações ao Ministro dos Transportes sobre a efectiva concretização do Metro e a razão das demolições.

Um SNS universal, gratuito e de qualidade é um direito inalienável

Os cuidados de saúde transformaram-se num dos negócios mais desejados pelos grandes grupos financeiros. Como afirmou uma administradora do Grupo BES/Saúde melhor negócio do que a saúde, só mesmo o das armas.

Não admira, pois, que os sucessivos governos de matriz neoliberal CDS/PP, PSD e PS tenham vindo a imprimir à governação do sector orientações políticas que debilitaram fortemente o Serviço Nacional de Saúde bem como a qualidade dos cuidados de saúde prestada. Em nome do combate ao défice orçamental, corta-se no financiamento dos serviços, impõem-se as taxas, ditas, moderadoras, restringe-se a contratação de pessoal necessário, fecham-se serviços ou limita-se o seu funcionamento. O Estado vai, progressivamente, descartando as suas responsabilidades sociais, favorecendo a liberalização e privatização dos serviços públicos de saúde. Os resultados visíveis são, não só o aumento das listas de espera para consultas e intervenções cirúrgicas, como também o encerramento de Serviços de Atendimento Permanente sem que antes tenham sido criadas alternativas. Só em Coimbra fecharam oito SAP's, (Condeixa-a-Nova, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho,

Penacova, Penela, Soure e Póvoas), conduzindo a uma deterioração da prestação de cuidados de saúde de proximidade e a um forte clima de insegurança psicológica.

Quanto mais se afunda o SNS, mais se abre caminho ao negócio privado da saúde, proliferando a chamada iniciativa privada, sempre alavançada no financiamento seguro por parte do Estado.

Coimbra é, nesta matéria, um exemplo paradigmático. Numa cidade, que alguns apelidam, da Saúde, com dois Hospitais centrais, diversos Centros de Saúde e várias clínicas privadas, já se anuncia para breve a abertura de mais três ou quatro centros de cuidados de saúde privados. Nos concelhos limítrofes que viram encerrar SAP's sem qualquer contestação das autarquias, assistimos agora a uma curiosa concertação dos presidentes das mesmas para apoiar a construção de um hospital privado em Miranda do Corvo. Curiosa posição dos autarcas de Lousã, Póvoas e Miranda, se se justifica, e não duvidamos que sim, uma unidade hospitalar que sirva estes concelhos, por que não exigir ao governo um investimento público, preferindo antes alimentar negócios privados com dinheiros públicos?

Nada temos a objectar à iniciativa

privada, desde que esta assuma os seus investimentos por conta e risco e não através de financiamentos pouco claros à custa do erário público. O governo justifica a sua política com a necessidade de promover a reforma do SNS, nomeadamente os cuidados de saúde primários, os cuidados continuados e a rede de emergência médica, impondo a racionalização de recursos financeiros e a rentabilização dos recursos humanos tendo em vista um serviço mais eficiente e de maior qualidade. Porém, a realidade dos factos não aponta neste sentido. A reorganização da nova rede de urgências começou pelo fim e pelo que era mais fácil: encerrar e desqualificar serviços, quando o que se impunha, antes de mais, era a instalação dos Serviços de Urgência Básicos (SUB) devidamente articulados com as Unidades de Saúde Familiar (USF), bem como o apetrechamento do INEM com veículos devidamente equipados de recursos técnicos e humanos a fim de poder responder ao aumento de solicitações e responsabilidades que advêm do fecho dos SAP's.

A reforma dos cuidados de saúde primários, mais do que encerramentos arbitrários, necessita de muito mais investimentos, nomeadamente na criação de Unidade de Saúde Fa-

miliar e na ampliação das valências e serviços dos Centros de Saúde, dotando-os de estomatologistas, oftalmologistas, nutricionistas, psicólogos, bem como de mais e melhores equipamentos e meios de diagnóstico. Tudo isto é caro?! A saúde é um bem inestimável e um direito inalienável para todos.

Constitui, para nós, motivo de forte preocupação a anunciada empresarialização dos Hospitais da Universidade de Coimbra. A pretexto de que o modelo traz vantagens na agilização dos processos de gestão do hospital, facilitando as negociações para a contratação de bens, serviços e de pessoal, corre-se o forte risco de uma tal política enveredar por uma gestão que privilegie a obtenção de resultados e ganhos financeiros em detrimento da melhoria dos processos e resultados clínicos. Uma tal política, conduzirá inevitavelmente a cortes na despesa cujo critério nada terá a ver com as necessidades dos doentes. Como já anunciou o administrador dos HUC, uma das medidas passará pela redução de camas de 1500 para 1300. É também de esperar que se generalizem os contratos individuais de trabalho, se agrave a precariedade no trabalho, se promova o despedimento de profissionais de saúde e a contratação externa de serviços.

Da má novela às piores decisões

(continuação da 1ª página)

Com esta Carta Educativa, Coimbra perde uma oportunidade soberana de modernizar a sua rede educativa. Ao mesmo tempo, promove-se a massificação, a insegurança e as más condições para a prática pedagógica, acentuando-se a discriminação entre as populações que podem optar por várias ofertas educativas e as que não o podem fazer, por inexistência de oferta pública.

Favorecimento dos Privados

A CE não prevê oferta educativa pública em algumas freguesias onde apenas existe oferta privada. Esta situação é particularmente notória ao nível das EB23 e

secundárias, nomeadamente em Cernache, Souselas e Almalaguês, bem como no conjunto das freguesias da margem esquerda da zona suburbana/rural (S. Martinho do Bispo, Taveiro, Arzila e Ameal)

que não tem oferta pública de nível secundário.

No que diz respeito à rede educativa e de apoio à infância, a CE prevê a construção de novos jardins-de-infância em Eiras (antes 4

salas, agora apenas 3), S. Martinho (3 salas) e Santa Clara (apenas 2 salas). A CE aponta como estratégia para suprir carências o recurso à oferta das freguesias de Almedina, Santa Cruz e Sé Nova, onde a capacidade instalada é superior à população residente. Porém, num total de 16 JI, apenas 2 são públicos. A maioria é privada praticando preços só ao alcance de poucas bolsas.

A primeira CE previa a construção de três novos centros educativos para o 1.º ciclo, com 12 salas cada, na Solum, em Eiras e em Santo António dos Olivais. Agora apenas se prevê uma nova EB1 na Solum. De uma penada, no conjunto dos investimentos previstos a curto e médio prazo, poupa-se 2.530.000 euros. Mais uma poupança que sairá cara aos nossos jovens.

Plano Estratégico de Coimbra

Uma farsa?

Em Junho passado, a Câmara Municipal de Coimbra apresentava publicamente o diagnóstico preliminar do Plano Estratégico da Cidade de Coimbra (PE). À primeira vista, poderia pensar-se que se tratava de um documento essencial, que colmatasse a eterna lacuna de uma estratégia de desenvolvimento para o município, que tem caracterizado os sucessivos executivos municipais, em particular os de Carlos Encarnação. Mas não: enquanto noutras cidades da Europa se avança não somente no sentido de um verdadeiro planeamento estratégico, mas, sobretudo, de um planeamento participado, em que os municípios são intervenientes activos no processo de decisão daquilo que querem que seja e venha a ser a sua cidade, Encarnação encomendava o PE a um gabinete privado, também encarregado de elaborar o Plano de Urbanização de Coimbra, e transformava o documento numa forma de auto-legitimação e de auto-elogio da sua política errática, feita de iniciativas dispersas, cortadas à medida de interesses económicos e políticos instalados.

Para além disso, os municípios, a quem não foi dada voz neste processo, pagaram, por via do erário municipal, um documento com profundas e inadmissíveis deficiências técnicas, erros de informação, omissões e lacunas graves, que revela um inaceitável desconhecimento da realidade de Coimbra e das suas especificidades, bem como uma manifesta ausência de ideias inovadoras. O PE procura aplicar ao município um modelo de desenvolvimento pré-formatado, assente nalguns pilares consensuais (como a tecnologia, a investigação, a

saúde), mas no qual outros adquirem uma caracterização não somente errada do ponto de vista objectivo e factual, como aberrante do ponto de vista do papel que lhes é atribuído no quadro de uma estratégia de desenvolvimento para a cidade.

Senão, vejamos:

1. Empreendedorismo

Nesta área, como nas restantes, os autores do PE revelam omissões, fraca criatividade, e ausência de uma visão integrada, que articule os diferentes domínios de intervenção. Assim, empreendedorismo restringe-se à saúde e às engenharias, sem tocar, por exemplo, áreas que a identidade da cidade recomenda, nomeadamente a cultura e o turismo.

2. Cultura

Sob uma capa de neutralidade técnica, o PE enaltece o actual executivo autárquico, seleccionando os indicadores e as fontes que lhe são mais favoráveis e fazendo interpretações abusivas sobre inúmeros dados apresentados. Não por acaso, a secção “Cultura e Entretenimento” (área em que a actuação do executivo de Carlos Encarnação tem sido particularmente criticada) é uma das que suscitam um branqueamento mais acentuado.

O papel reservado à cultura no PE é um papel secundário, associado ao entretenimento e ao turismo. O diagnóstico da cultura em Coimbra, neste documento, não passa de um conjunto de crassos erros factuais, obedientes ao conceito de política cultural do executivo camarário e a um modelo em que apenas há uma

amalgama indiferenciada de “eventos” e os respectivos “consumidores de eventos”. Jamais surge a identificação cabal dos agentes e dinâmicas culturais endógenos. Para os autores, cultura não extravasa a compra e venda de eventos, destinados a consumidores de ocasião, como os turistas. Desconhecem o conceito de arte e de produção artística, bem como o enorme potencial económico e de desenvolvimento associado à indústria criativa, relativo à cultura num sentido amplo, que hoje contribui para grande parte do PIB em muitos países da Europa.

3. Turismo

O PE identifica potencial turístico que salta à vista (o património histórico), bem como alguns vectores consensuais de desenvolvimento (o turismo de congressos), e falhas óbvias, como a falta de um centro de congressos e de oferta hoteleira e de restauração. Para ir mais longe, porém, seria necessário contemplar dinâmicas de inovação nesta área e abandonar a perspectiva elitista, que se focaliza exclusivamente sobre as camadas sociais de maior capacidade financeira. Desta premissa decorre, por exemplo, a ignorância da existência de um Parque de Campismo, a defesa de uma instalação hoteleira de 5 estrelas como investimento estruturante e do Turismo de Golfe como área estratégica. Outras tipologias turísticas seriam de considerar, como o turismo religioso e a do turismo cultural, numa dinâmica que transcenda o património e assente na intersecção deste com a criação artística local e numa produção de eventos de qualidade, inovadora e diferenciadora. Por

outro lado, propor parques temáticos, como faz o PE, ainda por cima sobre o tema de D. Inês, é recorrer a uma receita falida. De um plano estratégico exige-se uma reflexão ambiciosa, com projectos estruturantes. Um deles devia ser um enorme complexo patrimonial, cultural e turístico na R. da Sofia e áreas envolventes, convertidas em zonas vivas de criação, formação e fruição cultural e artística, de dinamização turística e comercial, assente numa reabilitação de primeira linha do património único (colégios e cercas) que se encontra profundamente desprezado.

4. Ordenamento do Território e Ambiente

No PE, a caracterização da situação ambiental do município é profundamente lacunar e tendenciosa. Dela estão ausentes preocupações com um modelo de desenvolvimento sustentável, com atenção ao tratamento

e valorização de resíduos sólidos urbanos, ao consumo e produção energética, aos espaços verdes, e ordenamento urbanístico. Em relação a estes últimos pontos, aliás, o retrato realizado sonega a realidade vivida pelos cidadãos de Coimbra, nomeadamente no que diz respeito à falta de espaços verdes e de equipamentos de lazer de proximidade (o relatório chega a ignorar muitos dos que existem, e os poucos que enumera parecem-lhe suficientes), e ao caos urbanístico e ao excesso de construção (a constatação dos preços excessivos do imobiliário não merece qualquer análise), apontando para estratégias de expansão de betão às quais nos opoemos com toda a veemência, e, possivelmente, a uma “agenda oculta” de construção, à qual devemos estar particularmente atentos, nomeadamente quanto à sua concretização no Plano de Urbanização.

Plano de Urbanização de Coimbra

Mais betão, menos qualidade de vida

Na última edição do Bloco E, demos destaque ao Plano de Urbanização da Cidade de Coimbra, chamando a atenção para os enormes riscos que dele podem advir para o futuro do município.

Os termos de referência deste Plano colocam em estudo a possibilidade de urbanizar cerca de 2000 ha a mais em relação à área que o actual PDM define como urbana. Fará sentido estudá-los? Possivelmente, sim. Mas nunca entregá-los aos apetites da construção, como faz o executivo camarário.

O problema começa quando a elaboração dos planos é adjudicada a uma entidade privada, por concurso público, sem as condições mínimas de transparência que assegurassem um processo sério e participado, no qual o município, através dos agentes económicos, sociais e culturais e dos cidadãos em geral, pudesse ter uma palavra a dizer. Pelo contrário: ao invés de um conjunto de personalidades externas e independentes, o concurso teve como jurados funcionários camarários, presididos pelo Director Municipal da Administração do Território, José Eduardo Simões, hoje acusado de corrupção por actos realizados durante o exercício daquelas funções. O único membro “externo” é uma consultora do CEDOUA, da Faculdade de Direito, cujos órgãos sociais são presididos por Carlos Encarnação e Manuel Porto (Presidente da Assembleia Municipal) e que, ao abrigo de um protocolo, recebe anualmente da autarquia somas de quase 80 000 euros. Mais uma “funcionária”, portanto... As actas camarárias sobre o concurso, por sua vez, registam vários acontecimentos estranhos, como a alteração da ponderação de critérios, já em fase adiantada de selecção, actas de reuniões de júri não assinadas e com diversas versões, e as dúvidas sérias de alguns vereadores da oposição, mesmo que depois o silêncio tenha imperado...

Por fim, a elaboração dos Planos é adjudicada a uma empresa já co-

nhecida da Câmara, quanto mais não seja, porque está a elaborar o Plano de Pormenor da Arregaça (neste caso, não por concurso público). Para além disso, a empresa adjudicatária faz parte de uma espécie de holding, ao qual pertencem empresas de compra e venda de terrenos.

Está, assim, construído um cadinho explosivo: aqueles que decidem sobre a possibilidade de urbanizar determinados terrenos estão também no mercado imobiliário. A sedução dos milhões que podem render as mais-valias urbanísticas será certamente maior do que a obrigação ética de criar um futuro sustentável para Coimbra – o que só pode significar o aumento da construção, numa cidade que regista já um enorme excesso de betão. Se tal acontecer, é porque não há, da parte da Câmara, a vontade de controlar um processo que ela própria lançou desta maneira, decerto não inocentemente.

Na Assembleia Municipal, o BE propôs a discussão pública alargada do Plano Estratégico da Cidade de Coimbra, a ser dinamizada por uma Comissão designada para o efeito. Inicialmente rejeitada (23/2/2007), a proposta, cortada na parte que pretendia evitar a especulação imobiliária, viria a ser aprovada por unanimidade na AM, em 5/7/2007. Porém, até ao momento, apesar das insistências dos deputados bloquistas, apenas se conseguiu a nomeação da referida comissão, que ainda não reuniu. Há uma manifesta falta de vontade da AM em transformar a definição da estratégia de desenvolvimento para Coimbra num processo em que todos os municípios possam participar.

Na Assembleia Municipal, o BE propôs a publicitação da lista dos terrenos sujeitos a reclassificação, bem como as transacções de que tenham sido objecto, pelo menos desde o lançamento do processo do PU, de modo a evitar que os mesmos sejam objecto de especulação imobiliária. A proposta foi rejeitada pela coligação PSD/PP/PPM, em 23/02/2007.

Especulação Imobiliária em Santa Clara-a-Nova?



O Mosteiro de Santa Clara-a-Nova em Coimbra, monumento nacional, tem vindo a ser alvo de um processo de reclassificação e de redefinição da Zona Especial de Protecção (ZEP), que suscita sérias preocupações. É certo que há aspectos que saudamos como positivos, nomeadamente: a inclusão de todo o conjunto de Santa Clara-a-Nova na classificação como monumento nacional; a fusão das ZEPs de Santa Clara-a-Nova e Santa Clara-a-Velha e a grande ampliação da ZEP.

Contudo, no mesmo processo, verifica-se que cerca de 30000 m² da vizinhança próxima do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova perderam o estatuto non aedificandi. Sensivelmente dois terços destes pertencem à Cerca do Mosteiro. A diminuição acentuada da zona non aedificandi abre à construção uma extensa área de terrenos dentro da Cerca e nas zonas limítrofes, tornando-a apetecível aos interesses da especulação imobiliária e da construção.

A área que se abre à construção, dentro e fora da Cerca, situa-se em particular, a Norte e a Noroeste do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, e na zona confinante com a Avenida da Guarda Inglesa, tendo a ver, possivelmente, com interesses do ramo

do imobiliário e da construção. Esta área possui extensão suficiente para afogar em edifícios grande parte do Mosteiro, o que constitui um erro urbanístico descomunal e um verdadeiro atentado ao património monumental da cidade.

O processo de reclassificação e de redefinição das ZEP é despolegado devido à intenção camarária de construção de um Auditório no Convento de São Francisco. Cobre ainda a necessidade de redefinição da zona non aedificandi motivada pela construção do museu em Santa Clara-a-Velha. Note-se, porém, que, em relação à classificação anterior, menos de 500 m² de implantação do Auditório em S. Francisco teriam de perder estatuto non aedificandi, para que a sua construção fosse possível. Estas alterações poderiam ter lugar, preservando, nesta fase, o estatuto non aedificandi aplicado ao limite de toda a Cerca de Santa Clara-a-Nova.

Este só deveria ser modificado, depois da elaboração e aprovação de um Plano de Pormenor que garantisse a protecção do conjunto patrimonial e a concretização, no local, de um projecto de interesse e usufruto público.

De modo a evitar mais um atentado contra o património da cidade, por parte dos interesses imobiliários, em convívio com o poder autárquico, o BE apresentou uma moção à Assembleia Municipal e à Assembleia de Freguesia de Santa Clara. Na AM, a moção seria rejeitada, após o Presidente da Câmara ter dado a entender aos deputados, enganosamente, que a reclassificação de Santa Clara-a-Nova estaria concluída. O BE reuniu também com o Delegado Regional da Cultura do Centro e o Presidente do ex-IPPAR de Coimbra, os quais foram sensíveis às preocupações dos deputados municipais, manifestando abertura para tê-las em conta na fase de conclusão do processo.

O BE na Assembleia Municipal de Coimbra

27 de Dezembro de 2006

O BE votou contra a proposta de orçamento camarário e grandes opções do plano para 2007, criticando os cortes cegos e o desinvestimento notório, em particular nas áreas da cultura e acção social e família.

O BE absteve-se na votação da proposta de orçamento dos SMTUC para 2007, por esta denotar uma falta de estratégia para o desenvolvimento do transporte público em Coimbra.

O BE votou contra a Carta Educativa do Concelho de Coimbra proposta pela Câmara (Ver artigo na primeira página).

O BE votou favoravelmente a postura municipal de trânsito que visa proibir o transporte de resíduos industriais perigosos para a cimenteira de Souselas, embora considere que é necessário recorrer a formas mais amplas de luta contra a co-incineração.

23 de Fevereiro 2007

O BE apresentou uma moção no sentido de submeter a gestão do

Parque de Estacionamento da Braçaparcas na Av. Fernão de Magalhães a uma fiscalização externa no sentido de verificar o cumprimento das condições impostas para a isenção de IMI. Defendeu a revogação imediata desta isenção em caso de incumprimento.

Foi rejeitada uma proposta do BE que previa a discussão pública alargada do Plano Estratégico e de Urbanização da Cidade de Coimbra, bem como a criação de uma comissão de acompanhamento da elaboração dos mesmos planos. A proposta previa ainda a elaboração e publicitação da lista de terrenos que o PEPU tornará urbanizáveis, bem como dos respectivos proprietários e das transacções a que tenham sido sujeitos desde Dezembro de 2004, de modo a evitar a especulação imobiliária (ver artigo).

23 de Abril 2007

O BE votou contra o relatório de gestão e prestação de contas da Câmara, fundamentando o seu voto na

demonstração da gestão desastrosa das finanças municipais.

O BE votou contra a contratação de empréstimo para financiamento do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2007.

5 de Julho 2007

O BE tornou a apresentar a proposta de discussão pública do Plano Estratégico e de Urbanização da Cidade de Coimbra, com ampla participação cidadã. Cortada na parte que pretendia impedir a especulação imobiliária em torno do PEPU, a proposta foi, desta feita, aprovada por unanimidade. Porém, até à data, apesar dos esforços dos deputados bloquistas, a Assembleia nada fez para implementar a proposta.

1 de Outubro de 2007

O BE apresentou uma moção contra a proposta de reclassificação e de redefinição das ZEP dos Mosteiros de Santa Clara-a-Nova e de Santa Clara-a-Velha (ver artigo). Foi rejeitada por

maioria, tendo contado apenas com os votos a favor da CDU e do BE.

O BE apresentou uma proposta de sindicância ao departamento de urbanismo da CMC. Foi rejeitada por maioria.

O BE apresentou uma proposta de IMI para 2008, que o Presidente da Assembleia recusou submeter a votação. A proposta contemplava taxas mais reduzidas e diferenciadas no sentido de promover a reabilitação urbana de prédios degradados, em particular no centro histórico, a colocação no mercado de prédios devolutos, e o arrendamento.

O BE votou contra a proposta de IMI e de Derrama apresentada pela Câmara.

23 de Outubro de 2007

O BE apresentou um requerimento à Câmara Municipal de Coimbra, solicitando esclarecimentos sobre a situação do Teatro da Cerca de S. Bernardo.

21 de Dezembro 2007

O BE apresentou uma moção contestando o projecto de alteração à lei eleitoral autárquica do PS e PSD.

O BE votou contra a proposta de orçamento e grandes opções do plano para 2008, devido ao desinvestimento escandaloso nas áreas da acção social e família, da cultura e da educação.

O BE absteve-se na votação do orçamento para 2008 dos SMTUC.

28 de Abril de 2008

O BE votou contra a proposta de Carta Educativa para o Concelho de Coimbra.

O BE votou contra a prestação de contas do executivo camarário.

O BE denunciou os perigos ambientais que poderão resultar do licenciamento de uma vasta exploração de caulino e de uma central termoelétrica em Taveiro.

O BE nas Assembleias de Freguesia

EIRAS

O cansaço de Cassandra

Sacudindo a água do capote relativamente às consequências das chuvadas de 18 de Fevereiro no sul e Grande Lisboa, governo e câmaras municipais apressaram-se a enjeitar as responsabilidades que lhes cabem. A afirmação do ministro Nunes Correia de que “o problema do ordenamento do território já não é o mais sério em Portugal” foi objecto de diversos comentários no sentido de que, verdadeiramente, o problema mais sério em Portugal é a falta de ética que preside às corrupções e conluios que permitiram que se chegasse ao escandaloso desordenamento do território em que vivemos. O que o ministro acha é que, uma vez que essa é, desde 1991, uma competência das câmaras municipais, o ordenamento do território ou os desastres decorrentes da sua inexistência não constituem problema para o governo.

O grave é que a maioria das câmaras municipais revelaram ser pelo menos tão incompetentes e pressionáveis como os governos, mantendo-se e acentuando-se os problemas e os riscos.

Em Coimbra os desastres naturais resultantes do desordenamento do território têm sido consideráveis e incluem incêndios, enxurradas, desabamentos e cheias.

Nas últimas grandes cheias ocorridas na zona norte da cidade, Carlos Encarnação, tal como agora o ministro, alijou as suas responsabilidades e culpou o INAG.

Mas a câmara continua a licenciar prédios em leito de cheia, como o que está em construção em frente da escola de Eiras. Na próxima catástrofe alguém chorará lágrimas de crocodilo ao distribuir uns cobertores. Os principais prejudicados voltarão a ser os do costume.

Na Assembleia de Freguesia de Eiras têm sido manifestadas grandes preocupações relativamente ao licenciamento de habitações junto a fábricas e armazéns ou em manchas florestais, relativamente ao brutal aumento de

área destinada a construção, à inexistência de percursos pedonais seguros, nomeadamente para as escolas e centro de saúde, à deficiente rede de acessos e transportes públicos, à obstrução das linhas de água e aos riscos de desabamentos. Estas preocupações resultam precisamente do desordenamento do território, antes da responsabilidade do governo e agora da câmara. As decisões sobre o que o ministro considera não ser problema continuam a ser tomadas de forma completamente opaca para os cidadãos em geral mas até para os órgãos autárquicos eleitos nas freguesias.

Vamos ficar-nos pelas lamentações do “inevitável” ou vamos mesmo tratar de prevenir desastres?

Manuela Rodrigues

Membro da Assembleia de Freguesia de Eiras, eleita pelo BE

SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS A geração esquecida

A política cultural da Junta de Freguesia é pobre, mas a ausência de actividades para os jovens adolescentes é inaceitável.

Tal como nos anos anteriores, o BE criticou duramente o programa cultural proposto pela Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais. Assente em dois eixos centrais, “paróquia” e “folclore”, a política cultural e os respectivos apoios estão neste momento reduzidos a actuações de ranchos e às festas populares. É verdade, muitos ranchos, muitos santos populares, muitas excursões, mas tal quantidade não é sinónimo de qualidade, nem o conceito de cultura pode ser reduzido a isto. Acresce que as actividades se destinam quase só à terceira idade e às crianças: não há actividades para jovens adolescentes

ou adultos que procuram actividades culturais de matriz mais urbana.

A Junta, por seu lado, diz-se aberta a novas propostas. No entanto, continuamos à espera que esta acolha as iniciativas propostas pelo BE na Assembleia, que são muitas: noites de cinema e de teatro ao ar livre no verão, festival de bandas rock em colaboração estreita com as escolas do ensino básico e secundário da freguesia, noite de contadores de histórias.

Bloco discutiu o orçamento participativo

O Bloco organizou uma conferência sobre o Orçamento Participativo na Sede da Junta. A conferência contou com a participação de membros da Junta de Freguesia e deputados da assembleia e alguns fregueses e permitiu sensibilizar para a importância da democracia participativa.

Miguel Dias

Membro da Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais, eleito pelo BE

SANTA CLARA

...muito pouco e sempre do mesmo...

Face às dificuldades exigimos frontalidade e não paleativos!

O Representante do Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia de Santa Clara tem procurado, nas suas intervenções, assumir uma postura positiva mas de frontalidade face aos enormes e diversificados problemas.

A nossa intervenção tem sido a de procurar levar ao debate da Assembleia de Freguesia as questões que nos parecem ser as mais prementes e pertinentes e a de confrontar o Sr.

Presidente da Junta quanto ao persistente incumprimento das promessas eleitorais e à falta de um verdadeiro plano de actividades, sem ter de andar a reboque das promessas e negociatas político/camarárias (colando-se ou demarcando-se consoante as necessidades).

São as escolas a funcionar em deficientes condições de instalações e com tendência a agravar-se; é o trânsito e os acessos a Santa Clara num caos total com “ar de provisório e sem resolução à vista”; é o novo arruamento desde o Fórum que, por estranhos acordos, não contempla a ligação ao Centro de Saúde; é o cemitério ... são os parques infantis que se prometem para aqui e para ali e tardam em aparecer.

A tudo isto nos dizem que nada podem fazer...

...e nós dizemos que não basta organizar a Feira Popular!

Santa Clara não pode ser caracterizada por transformar Avenidas em corredores rodoviários ou por transformar a Escola Silva Gaio, o Estádio Universitário e o ‘Portugal dos Pequenitos’ em verdadeiras ilhas no meio do trânsito, ou por aqui estar localizado o Fórum Coimbra... ou ainda pelos diferendos, personificados na pessoa do Sr. Presidente da Junta, com freguesias vizinhas.

Em defesa dos santoclarense é necessária, por parte da Junta, uma atitude política mais activa e participativa nas grandes decisões que afectam directamente a nossa Freguesia. São os casos da Variante Sul de Coimbra (IEP), da Via Estruturante Santa Clara – S. Martinho (CMC), do TGV, das Zonas Especiais de Protecção do Mosteiros de Santa Clara-a-Nova e Santa Clara-a-Velha (CMC), ...

Nesse sentido, apresentámos já à Assembleia de Freguesia uma Moção (que irá ser posta a votação em Assembleia a realizar para o efeito) que pretende defender o perímetro da Cerca do Mosteiro de Santa Clara-a-Nova como zona non aedificandi e garantir o interesse e usufruto públicos do mesmo.

Jorge Martinho

Membro da Assembleia de Freguesia de Santa Clara, eleito pelo BE

Autarcas do Bloco

Assembleia Municipal

> Catarina Martins
> Serafim Duarte

Assembleias de Freguesia

Olivais

> João Antunes e Miguel Dias (em regime de rotatividade)

Eiras

> Manuela Rodrigues

Santa Clara

> Jorge Martinho

Sé Nova

> Patrícia Kok

CONTACTOS:

BE – Coimbra

R. Ferreira Borges, 101 – 39
3000 COIMBRA

becoimbra@becoimbra.org
www.becoimbra.org